

Ricardo A. Setti

Quando esteve em São Paulo, há dois anos, para o proveitoso I Encontro Internacional de Jornalismo promovido pela IBM — que, aliás, vai ser reprisado no próximo mês —, o diretor de jornalismo da Canadian Broadcasting Corporation, William Morgan, mostrou-se perplexo com a incapacidade que boa parte dos brasileiros interessados no assunto manifestaram para distinguir entre o que é uma televisão pública, como é o caso da própria CBC no Canadá, e uma televisão estatal.

A televisão pública, tal como é concebida em países de sistema similar ao canadense, como a Austrália e a Grã-Bretanha, é aquela mantida em boa parte por fundos públicos, mas cuja composição de quadros e programação são decididas por profissionais independentes — eventualmente sujeitos à supervisão de um colegiado também sem qualquer vínculo com o governo —, e que constantemente criticam; esquadrinham e desnudam os governantes e suas mazelas. Já a emissora estatal é aquela que, como ocorre no Brasil, o governo, por pagar a conta, quer transformar em agência de promoção de seus atos.

A evidente diferença entre as duas pode ser dramatizada por uma bela história que o próprio Morgan contou na ocasião. Ele participava de um encontro de emissoras de países ligados à *Commonwealth* britânica quando começou uma grande discussão sobre liberdade editorial. A certa altura, o diretor da emissora de uma pequena ex-colônia britânica, que Morgan não identificou, governada como é de praxe por um regime de partido único, pegou o microfone e explicou, singelamente: "Bem, senhoras e senhores, devo dizer-lhes que eu, pessoalmente, nunca tive qualquer dificuldade para saber o que devo pôr no noticiário. O primeiro-ministro me telefona toda manhã e me diz."

Tratava-se, sem a menor sombra de dúvida, de uma emissora estatal. Já uma emissora pública, como a BBC de Londres, é, obviamente, outra coisa. Basta recordar a atitude que a primeira-ministra Margareth Thatcher adotou depois da Guerra das Malvinas, em 1982, em relação à BBC de Londres, cuja cobertura seu governo considerou exageradamente condescendente para com o lado argentino do conflito e, em alguns casos, prejudicial aos interesses britânicos. Ao invés de cogitar de alternativas impensáveis num país civilizado, como demitir a direção da emissora ou cortar as verbas que ela recebe do Parlamento, Thatcher pediu — e esta, exatamente, a palavra — que ouvintes e telespectadores escrevessem cartas protestando junto à BBC.

Casos assim deveriam ruborizar os integrantes das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, que cogitam seriamente de voltar a ocupar todos os dias, das 19h55 às 20h, um espaço em rede nacional de televisão para divulgar "notícias" do Congresso, como aconteceu durante os trabalhos da Constituinte com a malfadada *A Voz da Constituinte*. Tentativas nesse sentido andaram pululando no Congresso durante o ano passado, e o mais insistente proponente da medida foi o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O novo espaço compulsório atirado para cima dos cidadãos seria uma espécie de mini-*A Voz do Brasil* na TV, como se não bastasse o horror que é essa uma hora diária que os brasileiros são obrigados a suportar pelo rádio (da qual, diga-se de passagem, longos trinta minutos já são destinados ao Congresso), somada à meia hora adicional dessa pérola de incompetência, chateação e burrice que é o *Projeto Minerva*. Há, ainda, as arengas semanais do presidente José Sarney na *Conversa ao pé do rádio*, que começaram simpaticamente optativas e hoje são, na prática, compulsórias. Para completar o lote, temos além do mais arrogante discricionarismo com que ministros ou outras autoridades requisitam, a seu bel-prazer, redes nacionais de rádio e televisão. Já entrou para a história o caso em que o então presidente do Senado, Humberto Lucena, recorreu a esse instrumento, e não a um mero aparelho telefônico, para convocar senadores e deputados gazeteiros a comparecer a votações da Constituinte em Brasília. Mais recentemente, o ministro Roberto Cardoso Alves, o *Robertão*, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, torrou o equivalente a

muitos milhares de cruzados novos em tempo de rádio e TV para explicar a embrulhada em que se meteu ao atropelar o Programa Nacional de Petroquímica e prejudicar os interesses legítimos do Rio de Janeiro no caso da instalação de uma fábrica de prolipropileno no estado de São Paulo. Os donos de emissoras de rádio e TV e o público nada tinham a ver com o assunto.

A nova determinação de um dos braços do Estado — o Congresso — de ocupar na marra espaço nos meios de comunicação veio revestida de uma aura de bom-mocismo. Deu-se dias atrás, em Brasília, na bela mansão do Lago Sul que serve de residência oficial ao presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade (PMDB-CE). Ali, Paes — um homem que, ao longo de sua vida parlamentar, sempre deu mostras de entender o trabalho da imprensa independente — e seu colega presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), em meio a uma amena conversa amaciada ainda mais por vinho francês, filé-mignon e pastelão de lagosta, comunicaram aos principais dirigentes de redes de televisão e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que o Congresso desistiu, oficialmente, de ter a sua própria televisão. Retirou-se, portanto, o bode do elevador, na esperança de que os dirigentes das redes achassem ótimo que, agora, tudo o que o Congresso pretenda são cinco minutos diários de graça, no milionário horário nobre da televisão, para divulgar suas "notícias".

Essa decisão foi tomada no bojo do absurdo, quase inacreditável raciocínio de que o Congresso precisa desse espaço porque a imprensa tem divulgado em demasia "noticiários negativos" sobre o Legislativo. Ai estava, aliás, a razão primeira do jantar, do vinho francês, do empadão de lagosta. Pedir aos dirigentes das redes de TV que diminuíssem os "noticiários negativos" sobre o Congresso. Na raiz desse raciocínio distorcido dos membros das Mesas do Senado e da Câmara está a velha história: se há febre, quebre-se o termômetro. Não parece ter ocorrido a eles que o "noticiário negativo", na esmagadora maioria dos casos, limita-se à cobertura de atitudes e comportamentos "negativos". A imprensa brasileira não inventou os deputados "pianistas", os gazeteiros, os preguiçosos, os desonestos e os incompetentes. O JORNAL DO BRASIL, quando desfilou o exército de parentes de deputados e senadores que mamam dinheiro público em empregos desnecessários no Congresso, não tirou as informações de nenhuma cartola mágica. Eram, é claro, informações verdadeiras, oriundas da vida real. Não foi tampouco a imprensa que criou o escândalo que abala o Instituto de Previdência dos Congressistas.

A conversa suave dos dirigentes do Legislativo, bem como sua decisão de ocupar um espaço compulsório na televisão, tem como mensagem implícita a afirmação de que as centenas de jornalistas de todos os graus de competência, nível de informação, sexo, idade, ideologia ou estado civil que ganham seus salários cobrindo as atividades da Câmara e do Senado estão desempenhando mal sua tarefa — tão mal que é preciso ter jornalistas pagos pelos cofres públicos para contar, em horário obrigatório, o que deputados e senadores fazem em Brasília. Pode-se imaginar o grau de isenção que teriam os noticiosos assim regados por nossos impostos — pois a verdade é que as atividades dos congressistas têm que ter relevância para virar notícia.

Se não são notícia, ou se constituem notícias que não agradam aos parlamentares, o caminho correto é eles mudarem sua conduta. Não é imaginável, nem pela mais paranóica das mentalidades, que haja uma conspiração nacional de jornalistas, de todos os cantos para ignorar o Congresso ou falar mal do Legislativo sem motivo. Quando dois deputados gazeteiros foram cassados, dias atrás, ou quando o Congresso começou a agir com seriedade, apressando a votação de projetos urgentes, tratando de moldar seu regimento interno e mesmo cogitando de trabalhar extraordinariamente durante o recesso de julho, a imprensa registrou com exatidão a mudança de comportamento, para melhor, do Legislativo. O mesmo está ocorrendo no caso do Instituto de Previdência. É por aí que o Congresso tem que resolver seu problema de imagem. Ainda é tempo de recuar na bobagem do horário compulsório de TV.